

SEMINÁRIO REFORMAS PREVIDENCIÁRIA E TRIBUTÁRIA

**Princípios Económico-
jurídicos e o Princípio da
Proporcionalidade nos
Sistemas Tributários e na
Reforma Tributária.
Alguns exemplos do IVA
Europeu.**

João Dácio Rolim

Princípios Econômico-jurídicos

- Adam Smith: equity, certainty, simplification (eficiência)
- 3 broad goals (David Duff, “tax fairness and the tax mix”):
 1. to finance public expenditure (ability to pay x benefit principles)
 2. regulation of social and economic behaviour,
 3. distribution of economic resources.
- Papel do princípio da proporcionalidade para formar/inspirar sistemas tributários

Princípios Econômico-jurídicos

- Reforma proposta: princípios da simplicidade, neutralidade, equidade, transparência (p. 22 CCiF)
- Problemas:
- Constitucionais (Federalismo, complexidade formal, mercado único e IVA, matéria infraconstitucional)
- IBS (semelhanças com o IVA Europeu), mas IPI imposto seletivo, e não sobre o valor agregado), e PIS/Cofins não base sobre base.

IVA princípio da proporcionalidade

- 1. Regras substantivas/materiais
(neutralidade, simplificação, elisão)
Ampafrance (1999) and *Sudholz* (2001) cases
- 2. Regras processuais/instrumentais
(neutralidade, supervisão,
evasão/fraude) *Garage* (1984) and *FTI* (2004)
CJEU cases, and *Intersplav* (2002) *Bulves* (2003)
ECHR cases
- 3. Abuso de direito *Halifax* case (2002)

VAT princípio da proporcionalidade

Halifax Case

- “**first**, that the transactions concerned, **notwithstanding formal application of the conditions laid down** by the relevant provisions result in the accrual of a tax advantage the grant of which would be **contrary to the purpose of those provisions**.”
- **Second**, it must also be apparent from a number of **objective factors** that **the essential aim of the transactions concerned is to obtain a tax advantage**.” (C 255-02, p 86, of 21/02/06).

VAT princípio da proporcionalidade

- Interpretação finalística
- Balanço/interação entre princípios concorrentes, interesses e direitos que requerem a adoção de medidas menos restritivas;
- Balanço de fatores econômicos objetivos;
- E sem penalidades.

Conclusão

- Papel da Lei Complementar
- IPI imposto seletivo (excise tax)
- Proposta CCiF em geral preserva interesses dos Estados e dos contribuintes?
- Princípio da proporcionalidade
- Reforma infraconstitucional (IR/CSL)